

formais do mercado de trabalho, a maioria dos ajustes e acordos salariais têm sido incapazes sequer de repor as perdas inflacionárias.

O salário mínimo do Brasil é, atualmente, o segundo menor entre os 38 países integrantes e parceiros da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico<sup>83</sup>. Todas estas causas e efeitos, provocam uma deterioração aguda das condições de vida da população, em especial, dos mais pobres.

---

<sup>83</sup> Salário mínimo deveria ser de R\$ 6 mil, afirma DIEESE. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias>. Acesso em: 12 maio 2022.

# Mais um boleto pra pagar?

*Daniel de Almeida Bahiense*

*Maria Luiza Moura Patricio*



**Grande queima** Disponível em:  
<http://www.genildo.com/2019/08/grande-queima.html>.  
 Acesso em: 30 jun. 2022

Como se o universitário já não tivesse um dia livre de estresse, trabalho e recorrentes cortes de verba às suas instituições de ensino<sup>84</sup>, notificou-se, recentemente, nas mídias sociais e jornalísticas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206/2019: uma moção por mensalidade nas universidades federais. Essa é de autoria do deputado federal General Peternelli (União Brasil/SP) e, baseada em um relatório feito pelo Banco Mundial em 2017<sup>85</sup>,

<sup>84</sup>Com corte no orçamento, 88% das universidades federais têm prejuízos, diz Andifes. Disponível em: <https://bit.ly/3yfuTGZ>. Acesso em: 27 de jun. 2022.

<sup>85</sup>Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: 27 de jun. 2022.

teria finalidade de inserir em nossa Constituição uma emenda para dispor sobre a cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

Em recentes debates na Câmara dos Deputados, o General Peternelli e seus aliados, como o deputado Kim Kataguiri (União Brasil/SP), explicaram seus pontos de vista e os motivos por trás da PEC. No primeiro ponto, a cobrança de alunos de comprovada baixa renda não seria feita. Aqueles que pagariam a mensalidade, serviria para custear as despesas discricionárias das instituições como água, luz e energia. Em segundo, caracterizam o ensino básico público brasileiro como desigual: “Não seria correto que toda a sociedade financie o estudo de jovens de classes mais altas<sup>86</sup>”. De acordo com eles, a grande maioria dos alunos que adentram instituições federais de ensino são de renda mais elevada. E por fim, em terceiro, há o argumento de que o gasto brasileiro na educação superior é muito alto em comparação com países como Espanha e Itália, onde a experiência da mensalidade em outros países se mostrou proveitosa.

<sup>86</sup>PEC 206 quer cobrar mensalidade em universidade pública; entenda o que mudaria. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional>. Acesso em: 28 de jun. 2022.

O projeto coloca em questão o artigo 206 da Constituição, que garante gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ameaçando então um direito de cada cidadão brasileiro. O assunto dividiu opiniões públicas, enquadrando-se em um exemplo de ato que fomenta o crescente debate polarizado entre defensores de políticas econômicas de esquerda e de direita, que têm tomado conta do país nos últimos anos. Entretanto, a proposta não é inédita e tem seus ecos na ideologia neoliberal que vem ganhando espaço no país, desde a década de 1990, como pontuam Luciana Canavez e Paulo Henrique Donadeli em um artigo acerca da gratuidade do ensino superior. Os autores relatam o ano de 2003, quando foi apresentada no Congresso Nacional a PEC 217/2003. Nela, discorria-se a necessidade de novas fontes de financiamento e contribuições para as instituições federais, com a justificativa de reduzir a desigualdade de ensino e gerar mais infraestrutura e empregos dentro das universidades com o seu consequente desenvolvimento<sup>87</sup>. A emenda encontrou resistências na sociedade, sendo arquivada em 2007. Nota-se, então, que os problemas com o financiamento do ensino público superior são ressaltados há muitos anos, refletindo-se nas justificativas tanto da PEC 217 quanto na PEC 206, que é a de destaque atual.

Uma emenda que disserta sobre a necessidade de ajuda direta para o custeio de uma

organização federal, é preocupante. Os cidadãos já pagam impostos direcionados à educação e estes deveriam ser suficientes para custear uma infraestrutura básica aos estudantes do país. Paulo Meyer Nascimento, economista e estudioso de modalidades de financiamento do ensino superior, entende que o ensino superior público necessita de investimentos, porém, ressalta que a cobrança dos alunos não é uma boa opção, pois cria barreiras financeiras ao estudante. Uma possível medida, de acordo com o economista, deveria caminhar aos moldes de um modelo de cobrança diretamente pela Receita Federal, como é feito de forma semelhante em países como Nova Zelândia, Hungria e Uruguai<sup>88</sup>. A comparação com países desenvolvidos sobre o funcionamento e dinâmica do gasto e arrecadação governamental, deve ser feita com bastante cuidado. As reformas fiscais, como foi proposto por Meyer, servem de inspiração a um método que se adequa às particularidades econômicas do país; já a comparação de valores nominais de quanto cada país gasta, não leva em consideração uma conjuntura de fatores estruturais e sociais. De exemplo, a comparação de gastos na educação no Brasil com a Alemanha: o Brasil gasta cerca de 5% do PIB anual em gastos na educação *versus* 4% da Alemanha, entretanto, o PIB brasileiro é muito menor que o alemão, sendo o PIB per capita do primeiro cerca de US\$6,800.00 e o segundo US\$45,700.00. Apesar da porcentagem

<sup>87</sup>A gratuidade do ensino superior nas universidades públicas e a tutela do direito ao acesso à educação superior. Disponível em: <https://bit.ly/3Anijbk>. Acesso em: 25 de jun. 2022.

<sup>88</sup>Universidades públicas repudiam PEC que propõe cobrança de mensalidades. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional>. Acesso em: 27 jun. 2022.

brasileira ser 1 p.p maior, os valores reais precisam, novamente, ser analisados com cautela.<sup>89</sup> Deve-se observar também que, no ano corrente, o fundo eleitoral beira os 5 bilhões de reais, tendo aumentado em 200% em relação à previsão inicial de custo, sendo o maior fundo já criado<sup>90</sup>. Isto é contraditório, principalmente diante da má distribuição de fundos de um governo que prioriza mais a corrida eleitoral do que a educação.

A ideia de cobrar mensalidade apoiando-se na concepção de que “a maioria dos estudantes que frequentam as universidades públicas são de famílias mais ricas”, como afirmou o General Peternelli, também é inconsistente. Cerca de 70% dos estudantes tem renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos, e 64,7% frequentaram escolas públicas, como mostra a pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2018<sup>91</sup>. Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) afirma que a proposta da PEC 206/2019 é desatualizada, pois a Lei de Cotas foi um fator essencial para a entrada e inserção de alunos pretos, pardos e indígenas (PPI), baixa renda e pessoas com

deficiência (PCD), mudando drasticamente o perfil da universidade.<sup>92</sup> Ribeiro também considera a tamanha complexidade das diferentes situações econômicas dos estudantes; o sistema de cobrança seria burocrático e com retornos inexpressivos<sup>93</sup>.

A proposta da PEC 206/2019 não levou em consideração, ou sequer propôs, o debate com aquela que será diretamente afetada: a comunidade universitária<sup>94</sup>. Marcus Vinicius David, reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), ponderou que as faculdades públicas têm caráter social e que não basta apenas um estudo do Banco Mundial, mas sim, uma série de análises para responder como essa cobrança seria feita ou quais parâmetros seriam definidos. O reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Paulo Vargas, em nota de repúdio, considerou que a gratuidade do ensino brasileiro é o que promove um fator de qualificação exímio para a população.<sup>95</sup>

Assim, não bastasse os cortes que a ciência vem sofrendo nos últimos anos<sup>96</sup>, a proposta da PEC

<sup>89</sup>Por que é enganoso falar que o “Brasil gasta muito com educação”? Disponível em: <https://bit.ly/3yFEB0i>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

<sup>90</sup>STF mantém valor de R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral de 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3yIzdOg>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

<sup>91</sup>V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=88796>. Acesso em: 29 jun. de 202

<sup>92</sup> Nós temos um podcast falando sobre este assunto, confira em nosso Spotify.

<sup>93</sup>Mensalidade na universidade pública? O que está em debate no Congresso. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61574241>. Acesso em: 29 jun. de 2022.

<sup>94</sup>Universidades públicas repudiam PEC que propõe cobrança de mensalidades. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional>. Acesso em: 30 jun. de 2022.

<sup>95</sup>Administração central da UFES repudia proposta ao fim da gratuidade nas universidades. Disponível em: <https://www.ufes.br>. Acesso em: 24 jun. de 2022.

<sup>96</sup>Ministro diz que governo diminuiu para R\$ 1,6 bi o corte na verba das universidades federais. 2022

206/2019 sequer leva em consideração os diversos fatores problemáticos que a mesma carrega ao se basear em informações levianas e ilusórias. Parece piada de mau gosto uma proposta que visa a supressão de um direito constituído em 1988, que garantiu e gerou alunos e pesquisadores brilhantes e que abriu, e continua abrindo, portas para diversas contribuições científicas para o país.

A universidade pública permite a formação científica, o desenvolvimento humanístico, gera oportunidades para ascensão social e é o alicerce para pesquisa e extensão por todo o país. O posicionamento a favor da sua permanência e gratuidade é necessário, e não pode ceder a pressões eleitoreiras que vão contra os valores educacionais e inclusivos que a ela luta para a manter, mesmo em tempos conturbados. Lute pelo seu direito, lute pela educação gratuita, pública e de qualidade.

---

Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao>. Acesso em: 28 jun. de 2022.